

Paim, alerta ao movimento sindical

A revisão constitucional, assim como uma nova política salarial mais justa, está nas mãos do movimento sindical. A opinião é do deputado Paulo Paim (PT-RS), presidente da Comissão do Trabalho, Administração e Serviço Público da Câmara, manifestada durante palestra sobre tema "Perspectivas de Manutenção dos Direitos Sociais face à Reforma Constitucional", no 2º Congresso dos Comerciários.

A posição de Paim sobre a responsabilidade do movimento sindical na questão constitucional se deve à constatação, segundo ele, de que a revisão constitucional será inevitável agora. O debate sobre a questão, de acordo com sua previsão, já deve começar no próximo mês, quando isso, pelo texto constitucional, só poderia acontecer a partir de outubro, mês em que a Constituição completa cinco anos de sua promulgação.

Outra tendência constatada, de acordo com o deputado, é pelas alterações profundas no texto constitucional, sobretudo nos artigos que tratam dos direitos so-



Paulo Paim prega mobilização para assegurar direitos sociais

ciais. "A elite deste País, representada pelos banqueiros, Fiesp e CNI, quer fazer uma revisão que é uma nova Constituição. Falam em enxugar a Constituição, e os mais afetados serão os artigos 7º e 8º, que tratam dos direitos dos trabalhadores", avverte Paim.

O certo, para o deputado, é que não ocorresse nenhuma revisão, pois mais de 100 artigos da Constituição ainda não foram regulamentados. Mas o que se propõe no Congresso Nacional é iniciar a revisão em outubro e homologá-la em maio do próximo ano, portanto alguns meses antes das eleições.

É nesse contexto que entra a ação do movimento sindical, diz Paim. Sua estratégia é fazer com que os trabalhos da revisão se estendam por todo o próximo ano. "É muito improvável que políticos ou partidos tentem retirar direitos dos trabalhadores e ao mesmo tempo pedir votos", avalia o parlamentar. Mas para que essa estratégia funcione, ressalta, é necessária a mobilização do movimento sindical, envolvendo

também toda a sociedade.

Por isso, o deputado Paulo Paim destaca que a realização do 2º Congresso dos Trabalhadores no Comércio aconteceu num momento muito apropriado. "Precisamos fazer com que o conjunto do movimento sindical entenda o momento atual, para garantirmos esses direitos assegurados na Constituição", conclama o parlamentar.

Essa mesma mobilização, acrescenta Paim, deve acontecer também por ocasião da votação da nova política salarial, prevista para o dia 2 de junho. A proposta prevê o aumento mensal dos salários, de acordo com a inflação. "Estamos vendo greves por todo o País exigindo aumento mensal. É preciso que essa mobilização ocorra para que não haja rejeição do projeto", lembra o deputado.

Paulo Paim faz uma previsão sombria: caso o Congresso não aprove a nova lei salarial, "o País vai explodir. É uma questão de sobrevivência. O trabalhador não aguenta mais. Quando a fome aperta na barriga, ninguém segura".